



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150571 - AL (2021/0225206-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : JOSE TULIO COSTA GONÇALVES DE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : FELIPE AFONSO DE LIMA - AL017722
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSE TULIO COSTA GONÇALVES DE LIMA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (Processo n. 0807437-33.2020.8.02.0000).

Sustenta o recorrente que a prisão preventiva está sendo mantida de forma ilegal, pois se baseia na garantia da ordem pública sem elementos para lastrear a medida segregatória. Alega ainda que há flagrante excesso de prazo no julgamento, sem o necessário imediato relaxamento da prisão ou a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer no mérito o provimento do recurso .

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente